

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**  
**REQUERIMENTO N.º        de 2010.**  
**(Da Sra. ELCIONE BARBALHO)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir e debater os problemas de manutenção em equipamentos de linhas de transmissão e subestações operadas por Furnas, na região onde teve origem o apagão que atingiu 18 Estados em novembro de 2009.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que sejam convidados a comparecerem, em reunião de Audiência Pública, o Presidente de Furnas Centrais Elétricas - **Furnas, CARLOS NADALUTTI**; o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica - **Aneel, NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA**; o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - **Abrace, RICARDO LIMA**; e o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - **Conamp, CÉSAR MATTAR JÚNIOR**; para discutirem e debaterem os problemas de manutenção em equipamentos de linhas de transmissão e subestações operadas por Furnas Centrais Elétricas apontados pelo relatório da Aneel, e que resultaram na aplicação de multa de R\$ 53,7 milhões à Furnas.

**JUSTIFICATIVA**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu aplicar uma multa a Furnas no valor de R\$ 53,7 milhões pelo apagão que atingiu 18 estados do Brasil em novembro de 2009. Um relatório divulgado pela Agência apontou uma série de problemas de manutenção em equipamentos de linhas de transmissão e subestações operadas por Furnas.

A Eletrobrás questionou o relatório e argumentou que “Furnas faz um trabalho de operação do sistema que está nos melhores padrões nacionais e

internacionais". Furnas, vai questionar o relatório e argumentar que não há restrições para o plano de investimentos da empresa. A empresa utiliza o relatório feito pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) - que concluiu que o blecaute foi causado por condições climáticas severas e que todas as normas e padrões técnicos foram atendidos - para rebater o longo relatório elaborado pela Aneel. Isso, segundo Furnas, foi reiterado pelo Centro de Pesquisas em Energia Elétrica. Ou seja, na avaliação de Furnas não cabe atribuir o evento a falha de operação ou de manutenção.

Por outro lado a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) cobra do governo a **"conta"** pelos prejuízos causados aos seus associados que ficaram sem energia por cerca de três horas.

No meio deste imbróglio está **"o consumidor"** que, além de toda a dor de cabeça que teve com a falta de energia no grande blecaute no dia 10 de novembro do ano passado, terá ainda que **"pagar a conta"** dos prejuízos causados pelo apagão. Segundo o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Santana, os consumidores de energia das regiões Sul e Sudeste terão um acréscimo em suas tarifas, que pode chegar a um ponto porcentual, em decorrência do apagão.

O objetivo desta audiência é colocar todos os atores, frente a frente, para que o Legislativo consiga entender e esclarecer de quem é, de fato, a responsabilidade pelo apagão e, caso seja realmente mantida a multa, saber quem vai pagar esta pesada conta que, sem sombra de dúvidas, não deve ser colocada na cota do consumidor/cidadão.

Sala da Comissão,                      de                      de 2010.

**ELCIONE BARBALHO**  
**Deputada Federal**  
**PMDB – PA.**